

História E Ficção: O Sertão Na Seara De Jorge Amado

History And Fiction: The Inland The Jorge Amado's Seara

Celeste Maria Pacheco de Andrade

Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professora na Universidade do Estado da Bahia

E-mail: candrade@uneb.br

Lina Maria Brandão de Aras

Doutorado pela Universidade de São Paulo

Professora na Universidade Federal da Bahia

E-mail: laras@ufba.br

Endereço: Celeste Maria Pacheco de Andrade
Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Educação. Km 03 - Rodovia BR 116 Norte. Novo Horizonte, CEP- 44031-460 - Feira de Santana, BA – Brasil.

Endereço: Lina Maria Brandão de Aras
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP- 40210-730 - Salvador, BA – Brasil.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 15/10/2014. Última versão recebida em 03/11/2014. Aprovado em 06/01/2015. Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.

RESUMO

Sertão é o tema deste artigo e faz o cruzamento entre o discurso histórico e o discurso ficcional, utilizando, para isso, pensadores da historiografia brasileira e o romance *Seara vermelha* (1946), do escritor Jorge Amado, para cumprir a proposição. Dono de uma obra importante na história da literatura brasileira, Jorge Amado dedicou grande parte da sua ficção a temas variados, mas tendo como objeto central a Bahia e em especial a Cidade do Salvador. Por isso, do pouco que explora o tema sertão na história brasileira, *Seara vermelha* é o romance que evidencia o espaço historicamente conhecido como sertão, vocábulo associado à seca, fome, miséria. Após apresentar os aportes teóricos da discussão, fazemos uma exposição da historiografia pertinente ao tema sertão para, finalmente, identificar no romance amadiano as representações sobre sertão.

Palavras-chave: Sertão. Bahia. História. Ficção. Jorge Amado.

ABSTRACT

Inland is the subject of this article and makes the crossing between the historical speech and the fictional speech, using for this thinkers of the Brazilian historiography and the *Seara vermelha* novel (1946) of the writer Jorge Amado, to fulfill the proposal. Owner of an important production in the history of Brazilian literature, Jorge Amado dedicated to great part of its fiction the varied subjects, but having as central object the special Bahia and in the City of Salvador. Therefore, of the little that explores the subject inland in the Brazilian history, *Seara vermelha* is the novel that evidences the known space historically as hinterland, word associated drought, hunger, misery. After presenting theoretical bases of the discussion, we make an exposition of the pertinent historiography to the subject hinterland for, finally, identifying in the amadiano novel the representations about inland.

Keywords: Inland. History. Fiction. Jorge Amado.

1 INTRODUÇÃO

O artigo trata do sertão brasileiro, numa perspectiva histórica e em diálogo com o discurso ficcional. O histórico é baseado na historiografia brasileira e, para contemplar o discurso ficcional, utiliza o romance *Seara vermelha* (1946), do escritor Jorge Amado. A leitura da história através da ficção pode ser compreendida a partir de uma perspectiva teórico-metodológica, resultado das investidas da Nova História e como um campo de estudo privilegiado da chamada História Cultural. Ao estabelecer diálogos com a crítica e a teoria literária, esse ramo da História possibilitou formas de aproximação entre História e Literatura como campos de produção textual. A História Cultural trouxe para a pesquisa histórica temáticas antes reservadas ao circuito da Literatura, como aqueles relacionados com o conceito de representação. Representações, imaginário e vida cotidiana ampliam o leque de temas para as pesquisas históricas, incluindo família, vida privada, mulheres, etnia, religiosidades, entre outras.

Para um melhor entendimento dessa afirmação é necessário perscrutar o sentido de Nova História na historiografia. Trata-se de uma expressão que faz referência a historiadores da quarta geração da *École des Annales*, mais precisamente, a partir da década de 1970 que, mesmo com abordagens diferenciadas, apresentavam problemáticas comuns. Essa tendência de história se caracterizou por rejeitar sínteses filosóficas, políticas ou religiosas; centrada na multiplicidade dos níveis de historicidade, como cotidiano, mentalidades, imaginário e materialidades. Outra característica é a ênfase dada à escrita da história, trazendo para a discussão a questão da narrativa, no que se aproximou de algumas fronteiras epistemológicas, como é o caso da Literatura. Assim é que a Nova História passou a se interessar por todos os aspectos da vida social, ampliando seu campo temático para a história das ideias e abarcando objetos e problemáticas cada vez mais específicas à História; abrange, assim, não apenas temas da macro-história, mas também aqueles relacionados com a micro-história.

Do ponto de vista do método, especificamente dos modelos teóricos, a própria ampliação de temáticas tem exigido renovação na abordagem e no tratamento das fontes cada vez mais diversificadas. Nesse sentido, a História tem se movimentado na área de análise textual, utilizando teorias e estudos da semântica e da semiótica; outras investidas se dão com o uso de novas fontes como cinema e fotografia. Esse ampliar do campo de ação e das formas de abordagem e de método da História tem oportunizado a realização de pesquisa histórica em diferentes direções: de um lado, possibilidades; de outro, polêmicas, e, também, dilemas e

impasses, o que, de qualquer sorte, a partir dos anos 1930 do século XX, se tornou uma tônica do ofício do historiador.

Em termos de temporalidade, a Nova História passou a analisar as estruturas, tendência na qual se destacou o historiador *Fernando Braudel*, voltado para o estudo das mudanças sociais e econômicas e da “longa duração”. Trata-se da “história vista de baixo”, tendo como objeto de estudo as pessoas comuns; precisou, por isso, ampliar os tipos de fontes, ao tempo em que enfatiza a cultura popular, os discursos, as linguagens. Em termos de perspectiva de análise, a Nova História é conduzida pelo relativismo cultural tanto no que se refere aos objetos, quanto à escrita da história.

Cabe enfatizar a importância do conceito de representação e a aproximação com a Literatura. Representação é um termo polissêmico e seus sentidos têm sido objeto de debates, principalmente no que se refere a sua operacionalidade, especialmente se a referência teórica é a historiografia francesa. O marco da iniciativa foi a década de 1970 do século XX, a partir dos estudos da História Cultural e da História Política. Se há uma grande oferta de estudos no campo conceitual, não tem sido fácil para os historiadores lidar com o conceito nas suas pesquisas. O avanço tem sido associado com a História Cultural, herdeira da Escola dos *Annales* e, inicialmente, abriu caminhos para o tratamento de forma integrada entre o social e o coletivo, como espaços de atores sociais. Um dos representantes e referência da História cultural é Roger Chartier, cujos estudos apontaram para atender a modelos conceituais da História Social, História das Mentalidades e a História Política, possibilitando a produção de uma história de forma integrada. Tradicionalmente, representação é um conceito de matriz na Psicologia Social e na Sociologia, tendo sido utilizado pela maioria dos historiadores em substituição ao conceito de mentalidades.

Sobre a aplicabilidade do conceito representação no que se refere às pesquisas históricas, Falcon ressalta que “os historiadores do cultural têm dedicado uma atenção crescente às ‘representações sociais’ como objeto de investigação, mas raramente se detêm na questão da representação”. (FALCON, 2000, p. 49).

Para além da discussão em torno do conceito representação, no âmbito deste estudo, para explorar o conceito de sertão, a questão não é tratada considerando qualquer espécie de bipolaridade, ou seja, sertão/litoral, sertão/cidade, abordagem que vem sendo contemplada por diferentes trabalhos. A proposição visa a apreender sertão a partir do olhar da historiografia e da ficção, aí observando a identificação do imaginário do escritor – Jorge Amado – com um conhecimento produzido pela narrativa histórica. Primeiro, fazemos o percurso do vocábulo sertão como referência de uma realidade, a partir do discurso histórico; em seguida,

analisamos o romance Seara vermelha, como pretexto para fazer dialogar esses dois discursos, o histórico e o ficcional. Nessa discussão é apropriada a análise de Falcon, quando afirma que:

Restabelecer a verdade dos fatos recalçados pela historiografia oficial e, muitas vezes, rejeitados pela corrente “negacionista”, pressupõe a adoção de uma postura metodológica um tanto quanto positivista. Nessa perspectiva de veracidade histórica, a concepção relativista da história como ficção ou como “romance histórico” – ou seja, o próprio questionamento epistemológico envolvendo a concepção de “verdade” – é eliminada da prática histórica, uma vez que induziria necessariamente à negação do real histórico (FALCON, 2000, p. 95).

No entendimento do conceito de representação, concordamos com a ênfase dada por Falcon ao considerar que,

Talvez não seja ocioso repetir que a questão da representação não constitui apenas um debate erudito ou bizantino, pois é sempre a história – disciplina como representação – que está no centro da discussão, uma vez que, de acordo com o que entendemos por representação, assim será também nosso conceito de história ou de discurso histórico (FALCON, 2000, p. 57).

É nesse plano de análise histórica que desenvolvemos o estudo sobre sertão na Bahia, partindo de um percurso fundamentado na historiografia, para servir de suporte na compreensão do romance Seara vermelha.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sertão da Bahia: uma narrativa histórica

Inicialmente, é preciso apresentar o contexto do processo no qual se enquadra a ideia de sertão no Brasil, qual seja: o processo de interiorização da colonização portuguesa. Colonizar as terras do Brasil, ao longo do século XVI, representou, para o Estado português, antes de tudo, um problema em função das dificuldades resultantes da concentração de interesses econômicos e políticos, em outras áreas como Ásia e África, que, pela importância comercial, era prioridade para os empreendimentos da nação lusitana.

As constantes invasões estrangeiras ao litoral brasileiro representaram, durante o século XVI, um desafio a mais e impulsionava o Estado a tomar providências no sentido de manter as terras conquistadas. Nisso, se enquadra a colonização, como desdobramento da expansão, aliando defesa à preservação econômica da terra. Medidas administrativas como a adoção das Capitanias Hereditárias (1534), que através das Cartas de Doação “a Coroa portuguesa cedia ao donatário um número de léguas de terras permitindo-lhe inclusive,

jurisdição civil e criminal” (ANDRADE, 1992, p. 22) serviram para, ao menos oficialmente, resguardar as terras portuguesas na América. A instituição do Governo Geral (1548) foi outra medida adotada pela Coroa portuguesa visando a preservação das terras brasileiras, cuja finalidade era centralizar a administração colonial e auxiliar os donatários para o melhor usufruto das riquezas. Segundo Andrade:

Ainda nas primeiras décadas do século XVI, as terras do sertão baiano foram sendo gradativamente apossadas por dois grandes criadores de gado que se tornariam sesmeiros e latifundiários de importância: Francisco Dias D’Ávila, da Casa da Torre e Antonio Guedes de Brito, da Casa da Ponte, (ANDRADE, 1992, p. 32).

Sobre o sertão da Bahia, “tão dilatado”, de acordo com Antonil, Andrade afirma que “[...] quase todo pertencia a essas duas das principais famílias da Bahia”, referindo-se à Casa da Torre e à Casa da Ponte (ANDRADE, 1992, p. 32). Nos primeiros anos do século XVI, a colonização ficou concentrada no litoral e, por consequência, o interior do território não representava o mesmo valor para os interesses imediatos do Estado português. No entanto, na segunda metade do XVII, de acordo com a Carta Régia de 1699, a Coroa portuguesa “[...] advertia que os sertões, ainda despovoados, causavam grandes prejuízos ao desenvolvimento da Colônia” (ANDRADE, 1992, p. 31).

Sertão, etimologicamente significa ermo, deserto, longínquo, mas para além do sentido do vocábulo, necessário faz-se apreender o sentido a partir da historiografia do período colonial, sobre que parte do território dizia respeito o sertão baiano. Para isso, tomamos a referência de Antonil, que explica:

Estende-se o sertão da Bahia até a barra do rio São Francisco oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas: de Centocê, cento e trinta léguas; de Rodelas por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas, noventa; e do Tucano, cinquenta. [...] por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-Barris, na do rio Sergipe e de outros rios [...](ANTONIL, 1982, p. 199).

Compreender o sertão brasileiro exige entender os seus sentidos ao longo da trajetória de expansão territorial do Brasil, ou seja, apreender um espaço para além da linha imaginária definida pelo Meridiano de Tordesilhas. Significa, portanto, buscar a contribuição de diferentes experiências, no que fazem parte desse processo de interiorização as Bandeiras e as Entradas, o desenvolvimento de atividades econômicas como a pecuária e a caça ao indígena para escravização. Ao longo dos séculos XVII ao XX, o Brasil conheceu outras

fronteiras responsáveis pelas dimensões territoriais atuais, sendo que o que nos interessa é desbravar o “sertão”.

O contexto internacional caracterizado por conflitos e alianças entre Espanha e Portugal registrou, no período de 1580 a 1640, através da União Ibérica, o domínio da Espanha sobre Portugal, responsável pela união das duas coroas ibéricas. No Brasil, possibilitou também o alargamento do território, o que ficou conhecido na historiografia brasileira como expansionismo nos territórios correspondentes à área entre a Amazônia e o rio da Prata. Dessa forma, o território foi ampliado num construir de fronteiras, que perdurou até o século XX, através de arbitragens internacionais e acordos diretos.

Em princípio, podemos considerar que diferentes narrativas foram produzidas por intelectuais sobre o território brasileiro, a partir de lógicas diferenciadas, a exemplo de Capistrano de Abreu, Cassiano Ricardo, Euclides da Cunha, Raymundo Faoro e Fernando de Azevedo, entre outros (VIDAL E SOUZA, 1997).

2.2 Sertão em Seara vermelha: invenção de uma realidade.

Antes de identificar o sertão representado por Jorge Amado em Seara vermelha, apresentamos uma síntese sobre a trajetória do escritor e sua obra, de forma a entendermos o lugar que o espaço sertão ocupa na sua produção literária. Entre as manifestações literárias brasileiras, o século XX foi marcado pelo Modernismo que, segundo Lafetá:

[...] rompeu a linguagem bacharelesca, artificial e idealizante que espelhava, na literatura passadista de 1890-1920, a consciência ideológica da oligarquia rural instalada no poder, a gerir estruturas esclerosadas que em breve, graças às transformações provocadas pela imigração, pelo surto industrial, pela urbanização (enfim, pelo desenvolvimento do país), iriam estalar e desaparecer em parte (LAFETÁ, 1973, p. 21).

Nesse imbricado de questões, deve-se compreender o chamado romance de Trinta, como instrumento de transformação do processo iniciado nos anos 1920, significativos como momentos histórico-culturais. Para Lafetá, tratava-se, não de significativas rupturas, mas de adaptação do país a uma realidade mais moderna. Assim, novos personagens “entram em cena”, a exemplo do proletário e do camponês, ou seja, a ‘politização’ dos anos 1930 descobre ângulos diferentes: preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate.

A sociedade conviveu com outra realidade repleta de desafios, o que terminou por exigir dos intelectuais novas posturas, preocupação cada vez maior com os problemas sociais,

de forma a denunciá-los. Ao mesmo tempo, buscavam, da sua forma, modificar a realidade, trazendo significativas contribuições para a discussão das ideias sobre a história nacional, além de dar ênfase a situações vividas pelo povo tanto se referindo ao campo e ao drama da seca, quanto aos problemas sociais que se esboçavam nas cidades.

O aparecimento de Jorge Amado no cenário literário e intelectual do País se dá num contexto bastante favorável para o escritor, na medida em que seu nome constava entre escritores clássicos, como Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e José Lins do Rêgo, que juntamente com ele, tornaram-se conhecidos e reconhecidos (ANDRADE, 1999). Citado quase de forma obrigatória nas classificações dos literatos brasileiros, com aqueles escritores, Jorge Amado, na avaliação de Almeida:

[...] ainda que não seja uma consagração unânime dos críticos e “classificadores de intelectuais” quando se referem a Jorge Amado, só o próprio fato de mencioná-lo em suas antologias e histórias da literatura permite nos propor que sua importância enquanto autor de fama, autor de sucesso - reconhecido por parte da crítica e pelo público indiferenciado, é de tal dimensão que se torna impossível ignorá-lo. Não sendo possível a ausência, o autor torna-se uma presença obrigatória, ainda que criticada, nas obras classificatórias de intelectuais (ALMEIDA, 1979, p. 90).

É essa figura polêmica, criticada e elogiada, que faz a mais completa compilação sobre a memória da “Bahia” que sabemos tratar-se, na ficção, de um recorte da Bahia e, certamente, é um dos seus mais fieis divulgadores. Não se pode dizer que as imagens, fruto da sua imaginação, correspondam à realidade, muito menos que elas possibilitem pensar que a imaginação desse escritor seja a negação dessa realidade. Precisamos distinguir algumas aproximações e fronteiras, nesse caso, entre História e Literatura, pois só assim é possível fazer uso da ficção no intuito de apreender uma determinada história. Sobre sua produção entre os anos 1930 e 1945, deixemos o próprio escritor se pronunciar:

Quanto a mim, sou um rebento da família de Alencar. Nasci para a literatura e o romance com uma geração de coração aberto e generoso, os escritores surgidos no ano trinta, quando os fundamentos do Brasil vinham de ser abalados por um movimento revolucionário de raízes populares. Refletiram-se no romance de trinta as duas vertentes a que venho de aludir. Mas houve uma constante, nos alencarianos e nos machadianos: a preocupação pelo Brasil, seu destino, seu futuro. [...] da angústia e da miséria nasceu o romance de trinta (AMADO, 1993, p. 18).

É nessa aproximação entre a realidade e o seu uso como referência para a produção de um conhecimento que estamos concebendo o papel de destaque do Regionalismo como captador dessa relação e, ao mesmo tempo, como forma de expressão do nacionalismo, principalmente, em se tratando de um movimento voltado para uma realidade específica. Na compreensão de Moema Selma D’Andréa, o Regionalismo, enquanto produção dos

intelectuais nos anos 1930, visava a uma forma de expressão, no caso do Nordeste, de se escapar dos enfrentamentos mais materiais em relação à crise da aristocracia açucareira:

A partir do momento em que se constata que o Regionalismo nordestino – formalmente expresso através da criação do Centro Regionalista do Nordeste, em 1924 – emerge como expressão da crise que afeta economicamente a fração açucareira da oligarquia nordestina, procura-se demonstrar quais os mecanismos de que se valem os intelectuais tradicionais do Nordeste, buscando formas de representação cultural que mascarem esta crise. Dessa maneira, transfere-se para o terreno estrito da cultura a disputa pela perda da hegemonia sócioeconômica diante do Centro-Sul do País, em evidente supremacia, (D'ANDREA, 1992, p. 13)

Ainda para essa autora, havia entre os intelectuais uma preocupação cada vez maior com temáticas relacionadas com o passado, todos eles voltados para uma ideia de passado que deveria ser preservado como forma de manter a tradição como referência para a nacionalidade, a exemplo de Gilberto Freyre, como podemos ler:

No intento de zelar pela conservação do passado, Gilberto Freyre busca a identidade ideológico-literária com o grupo de tradicionalistas franceses e portugueses. Na França, os mestres de sua concepção regionalista foram os nomes que reeditaram a tradição, influenciando, no terreno das ideias, tanto na política como na literatura. Foi uma revisitalização neo-tradicionista de alcance nacional que teve origem a partir de *Joseph de Maistre*, no século XVIII (D'ANDREA, 1992, p. 44).

Para Jorge Amado, o Modernismo foi um movimento de classe e uma transposição dos movimentos que surgiram na Europa, a exemplo do dadaísmo, cubismo, surrealismo. Para o escritor

[...] estes movimentos influenciaram os jovens paulistas da alta burguesia: Oswald de Andrade [...] Antônio de Alcântara Machado - todos; e aqueles que não eram ricos eram protegidos dos ricos, como foi o caso de Mário de Andrade. O modernismo foi patrocinado pelos homens ricos de São Paulo, como Paulo Prado (RAILLARD, 1990, p. 57).

Dentre outras críticas que faz ao movimento, Jorge Amado afirma que:

[...] o modernismo como fenômeno é historicamente limitado, tem um começo e um fim. Mas, ao mesmo tempo, tinha uma enorme efervescência que ultrapassava o modernismo e que levava consigo o tenentismo [...] (RAILLARD, 1990, p. 58). [...] o modernismo foi uma revolução formal, mas do ponto de vista social não trouxe grande coisa. Trouxe uma certa ideia de nacionalismo, um nacionalismo de direita e um nacionalismo de esquerda, que se reflete na literatura de alguns modernistas (RAILLARD, 1990, p. 59).

A trajetória de vida do escritor, juntamente com a sua produção literária ganham importância para se compreender o intuito das suas narrativas, para interpretação de sua além de anunciar seu interesse por determinados temas em momentos específicos. Isto também nos permite identificar fases que proporcionam restabelecer relações entre a sua postura perante algumas situações e a forma como as elabora na ficção.

Em termos de história de vida, Jorge Amado era filho de fazendeiro de cacau, no sul da Bahia, Ferradas, Itabuna, onde iniciou os estudos e deu continuidade em Salvador, formando-se em Direito, no Rio de Janeiro. No início da carreira literária, sua temática girava em torno do “ciclo do cacau”, dentro do regionalismo brasileiro, tendo como enredo os problemas sociais e políticos da região cacauzeira do sul da Bahia. Com o tempo, foi se dedicando à temática urbana, utilizando como cenário a Cidade do Salvador, sem abandonar aquela área como palco das histórias e vivências de seus personagens; isso certamente o faz colocar-se numa posição de porta-voz do dizer sobre a Bahia:

Quero dizer que não sou apenas um escritor, mas enquanto tal, sou muito ligado à vida do povo baiano há muitos anos, desde a minha adolescência - devido a um conhecimento muito íntimo, um contato muito próximo -, sou alguém que tem uma certa responsabilidade na vida da cidade (RAILLARD, 1990, p. 24).

A inserção de Jorge Amado no contexto da literatura nacional está diretamente marcada pela discussão do nacionalismo e um dos seus desdobramentos, o Regionalismo. Na avaliação de Martins, pode-se entender essa inserção da seguinte forma:

O nacionalismo literário ou a nacionalização da literatura (que substituiu o regionalismo imediato das duas décadas anteriores a 22) desemboca insensivelmente no nacionalismo político e no patriotismo exaltado de que são testemunho os livros e a formação política de Plínio Salgado, a República dos Estados Unidos do Brasil, de Menotti del Picchia, a literatura de cordel em que, na sua maior parte, se encarnou a pregação comunista, os primeiros romances de Jorge Amado, e paralelamente, o amadurecimento das ideias de um regime sindicalista e corporativo que iriam desabrochar no Estado Novo, mas também nos livros que ocupam a segunda parte da carreira de Oliveira Viana, para não falar no favor que cerca a concepção da literatura engajada e de que não escaparam nem mesmo os melhores espíritos da época (MARTINS, 1968, p. 126).

Considerado pelos teóricos e historiadores da literatura como tendo sido formado fora do Modernismo, Jorge Amado, segundo os seus intérpretes, reconheceu os limites do Movimento, posicionando-se como possuidor das condições de poder superá-lo. Para Martins significou que “[...] por muitos anos, o cornaca do romance com o ‘máximo de realidade e o mínimo de literatura’, soube vencer tais limitações, fora da época modernista” (MARTINS, 1968, p. 275).

Ao longo da sua trajetória, Amado constrói um mapa da Bahia, o que na perspectiva de Andrade “o escritor cria uma diversidade de cenários, personagens e histórias que comportam fenômenos da realidade construídos a partir de referentes que passam a significar e dizer dessa mesma realidade” (ANDRADE, 2000, pp. 200-201). Esse mapa evidencia uma síntese da Bahia contendo “Bahias”, e é assim explicada pelo escritor:

[...] em verdade jamais me afastara da Bahia pois a conduzia mundo afora, fosse no coração amante de meu chão de nascimento, fosse nas páginas dos livros que no correr do tempo fui escrevendo e publicando, neles recriando a vida baiana, nos cenários das matas de cacau, dos atalhos do sertão de beatos e cangaceiros e nas ruas, becos e ladeiras de Salvador (AMADO, 1993, p. 31).

Das “Bahias” de Amado, privilegiamos nessa abordagem o “sertão de beatos e cangaceiros”, mote do romance Seara vermelha. O livro é dividido em três partes que correspondem a etapas da trajetória da família de Jerônimo que, expulsa da fazenda do Coronel Aurelino, passa a peregrinar pelos “caminhos da fome”. A narrativa inicia com uma exposição em torno da história de uma família, ao que o escritor intitula Prólogo, para daí obedecer à seguinte estrutura: Livro Primeiro “Os caminhos da fome”, protagonizado por três personagens: “A caatinga”, responsável por grassar a família com a fome, a sede e o cansaço; “O rio”, que traz o novo em oposição à situação descrita na caatinga, com abundância de comida; e, finalmente “O trem de ferro”, simbolizando movimento, leva a família para a Cidade grande, apontando que o que poderia representar o sonho para solução dos problemas, ao contrário, traz a degradação para os retirantes.

No Livro Segundo “As Estradas da Esperança”, os títulos são baseados nos nomes dos personagens principais: “José”, gira em torno do cangaço, tendo como chefes Lucas Arvoredado e Zé Trevoada; segue “Jão”, no qual o escritor trata do messianismo; e “Neném”, apelido de Juvêncio, cujo tema central é a insurreição armada, propósito maior da narrativa que finaliza com o “Epílogo”, cujo título é “A colheita”, em que as gerações se unem na retomada do trabalho militante. O desfecho da narrativa é a não realização do objetivo dos viajantes, ou seja, não chegaram ao destino.

A narrativa centra-se num espaço desencadeador do êxodo, marcado pela violência e desumanização, forma que o escritor utiliza para denunciar a realidade de miséria originada no latifúndio, ao mesmo tempo em que mostra como esse ambiente promove a existência de fenômenos como o cangaço e o messianismo. O tema central e condutor do romance é a concentração de terras nas mãos de alguns proprietários, situação que movimenta vários conflitos. De toda a obra literária do escritor, este romance é o que pode ser considerado como aquele que contempla o sertão da “Bahia”, no que se assemelha à representação recorrente entre muitos intelectuais brasileiros, visto que a representação da história se mistura à tese que Amado constroi. A vida narrada no universo criado por Amado, segundo a perspectiva de Duarte:

[...] indica as alternativas que se colocavam ao camponês sem instrução naquele momento histórico do Nordeste: o trabalho no campo ou junto às forças de coerção pela violência -- a polícia e o cangaço. Eram estas as “profissões” oferecidas aos

que fugiam do latifúndio, conforme atestam as análises de historiadores e sociólogos (DUARTE, 1996, p.177-178).

Nesse sentido, vê-se a representação do cangaço em Seara vermelha sustentar-se por uma relação dialética entre o real e o ficcional capaz de desenhar um quadro político e social do Nordeste na década de 1940, ao tratar de temas como o êxodo rural, banditismo social, a miséria e a necessidade de mudança social, que no entender de Duarte (1996), se destaca dos demais romances publicados na mesma época, em virtude de uma decisão do autor em optar “por uma espécie de *romance histórico de tese* cujo estuário será a representação das lutas em prol do socialismo” (DUARTE, 1996, p. 168; grifos do autor).

Em compasso com a história, Amado constroi um enredo em sintonia com os acontecimentos do país, ao mostrar que o sertão que descreve revela duas realidades interessantes, a saber: o cangaço e a polícia. Esta divisão de sertão em cangaço e polícia foi observada por Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu livro *Os cangaceiros* (1977) e reforça a ideia de ambas as possibilidades serem as únicas em um determinado período histórico-econômico existente para os sertanejos. Nesse ponto, Queiroz se aproxima de Amado quando ele escreve que:

Ali, na caatinga, a revolta contra a fome levava os homens ao cangaço ou ao misticismo desesperado. Mas Neném, em vez de encontrar o bando de Lucas, deparou com a estrada de ferro e o apito do trem o tentou, meteu-se num vagão, desembarcou na capital. Tinha então dezoito anos, um pouco menos. Entrou para a Polícia Militar – destino quase obrigatório dos camponeses recém-chegados – quase por acaso (AMADO, 1983, p. 289-290).

Como representação, o sertão em Seara vermelha é o espaço onde as práticas do cangaço e do messianismo, a ação da polícia e da política se manifestam redesenhando uma Bahia, a qual dá uma dimensão histórica de Brasil. O sertão sombrio, agreste, marcado pela presença insistente da fome, da morte, do banditismo e da violência dos poderosos, também é lugar da fé, da esperança e da benção encontrada na figura do beato, conforme podemos observar:

Um dia, no fundo do agreste sertão, onde a fome mata os homens, os rios secos pelo sol ardente, os coronéis tomando a terra dos lavradores, mandado liquidar os que discutiam, os imigrantes partindo em levas sucessivas para o sul, os cadáveres ficando pelas estradas, quando morriam crianças às centenas, e as que cresciam eram doentes e tristes, quando o impaludismo se estendeu como manto de luto e a bexiga negra deixou sua marca mortal em milhares de faces, quando a febre tifo se alastrou que nem grama ruim, quando já nenhuma esperança restava no coração cansado dos sertanejos, apareceu o beato (AMADO, 1983, p. 235).

O surgimento do beato no romance amadiano não acontece à toa; ele representa a possibilidade de salvação para os oprimidos e ao mesmo tempo a desobediência destes para com seus patrões, cheios de pecados e usuras. Com características revolucionárias, o beato traz à narrativa um sentido místico para o sertão, sem descartar um sentido político para o movimento dos trabalhadores que, a partir dali, veem na figura do beato a imagem de um homem santo, capaz de salvar os fracos e fazer-se guia espiritual. Sobre isto, retomamos mais uma vez a Duarte, para quem “nesses momentos, impera o realismo, e *Seara vermelha* assume altitudes de romance histórico, fundado nos referenciais de Canudos e do Contestado catarinense” (DUARTE, 1996, p 189). Ainda assim podemos escutar a pergunta sutil que Amado faz no interior de seu romance: o que é o sertão?

O romance possibilita a leitura de um sertão a partir da invenção de um interior brasileiro e se desenvolve a partir de três elementos: a caatinga, paisagem que representa fome, sede e cansaço; o rio, contraditoriamente representando abundância; e a cidade, que ao mesmo tempo em que recebe os retirantes da seca, os degrada. Estes fenômenos permitem a conformação do enredo marcado por inúmeras dificuldades enfrentadas pelos personagens e ao mesmo tempo significam a luta pela sobrevivência.

Assim, o Livro Primeiro “Os caminhos da fome”, se refere no subtítulo a “A caatinga”, indicando a presença das seguintes características que a narrativa identifica como sendo da região Nordeste: “os espinhos se cruzam na caatinga, é o intransponível deserto, o coração inviolável do Nordeste, a seca, o espinho e o veneno, a carência de tudo, do mais rudimentar caminho, de qualquer árvore de boa sombra e de sugosa fruta” (AMADO, 1983, p. 55).

Em outra passagem, a região é caracterizada como sendo “impossível de varar, sem estradas, sem caminho, sem picadas e sem comida e sem água, sem sombras e sem regatos. A caatinga nordestina” (AMADO, 1983, p. 56). Tal caracterização nos conduz a inferir que esse mesmo ambiente, para se fazer paisagem, necessita ser habitada por camponeses, cangaceiros, beatos, sertanejos, personagens que, de certo modo, alteram a inicial paisagem caracterizada como deserto da caatinga e revelam “[...] a carência de tudo” (AMADO, 1983, p. 55). São esses componentes que fazem da caatinga um lugar, seja de desbravamento, de passagens, de esconderijos, abrigo de indivíduos nômades, seja de um mundo que os abriga, mesmo com uma beleza agreste e inóspita.

O romance permite, entre tantas outras, a leitura de um texto que representa uma literatura partidária do escritor; no entanto, nossa leitura orienta-se pela significação dada pelo escritor a um espaço concebido pela historiografia como sertão. Um sertão que faz parte do

Nordeste brasileiro e cuja conformação espacial e cartográfica permite que, na narrativa, se estenda do estado de Sergipe a São Paulo.

Observa-se também uma sutil abordagem de tramas tecidas na narrativa e que são capazes de provocar o leitor a pensar o que é espaço e como o homem se constrói neste mesmo espaço. Como o sertão possibilita o homem se construir como seu lugar? Lugar de homem, sertanejo, e que possibilidades são essas? Podemos observar uma sinalização através do personagem Jão, quando, já na cidade São Paulo, desabafa:

Ali não havia crepúsculo. Na roça era longo e triste, o fim da tarde demorado, a noite tardando a chegar, havendo uma bem profunda separação entre as últimas claridades do dia e as primeiras sombras noturnas. Mais ali não havia crepúsculo. Apenas o sol descambava e o horizonte sobre o mar acendia-se em vermelho, as luzes elétricas brilhavam e a noite já era. Como que as luzes a puxavam mais depressa e ela se confundia com os restos de claridade. Não existia aquela hora misteriosa quando tudo parece se aquietar por um momento, quando se sente que mais um dia termina. Mesmo porque na cidade nada terminava, o crepúsculo não marcava as fronteiras de certas ocupações, a vida continuava tão ou mais intensa pelas ruas afaristas (AMADO, 1983, p. 241).

Assim, o sertão do escritor poderia ser compreendido como “[...] pequeno pedaço de terra que mal produzia pros velhos e pras mulheres?” (AMADO, 1983, p. 240), mas também como lugar de fazer investidas, o que permite completar a cartografia e, por tal motivo, transformar-se em ponto de partida para oportunizar aprendizados novos na capital São Paulo e marcar um novo retorno à caatinga, após produzir vivências em um processo de conscientização política e assim expressar-se através de “ligas camponesas, células de fazendas, levantar as reivindicações” (AMADO, 1983, p. 333), tendo como motivação a luta contra a fome e o sofrimento. O trecho abaixo ilustra esse pensamento:

E pela madrugada, quando as sombras ainda envolviam os campos úmidos de orvalho, e no ar se elevava aquele cheiro poderoso de terra, Neném partiu para a caatinga pelo mesmo caminho seguido um dia por Jerônimo e sua família. Os brotos de dor e de revolta cresciam naquela Seara vermelha de sangue e fome, era chegado o tempo da colheita (AMADO, 1983, p. 335).

Em Seara vermelha, o sertão compreende a união de duas metáforas: a primeira diz respeito a “seara”, percurso realizado pelo sertanejo para encontrar o caminho de si mesmo e de sua libertação e a segunda, a “colheita” dos frutos de uma nova sociedade, onde as desigualdades sociais seriam amenizadas em consequência do diálogo entre espaços distintos, desenhados pela paisagem de sofrimento, da revolta, do conflito e da esperança. Esperança essa que viria como ensinamento de “como mudar aquela vida que levavam, tão desgraçada”

(AMADO, 1983, p. 334). Sobre a realidade desse espaço é oportuna a reflexão de Vidal e Souza:

De espaço muito se fala nos ensaios sociográficos. Entretanto,, lugares recebem nomeações: o espaço brasileiro é pensado em distinções, aparecendo como uma realidade: de diferenças e heterogeneidades. Esse imaginário espacial se exprime na representação dos lugares chamados por sertão e litoral. Contrastes e juízos proliferam quando o escritor declara opinião a respeito do que se encontra em cada um deles. Expectativas são produzidas quanto à participação ou exclusão de coisas, gentes e modos de sertão e de litoral na comunhão nacional (VIDAL E SOUZA, 1997, p.159).

Da relação entre o discurso histórico e o discurso ficcional e, considerando a realidade representada, ou seja, o sertão brasileiro, é importante a compreensão da relação entre ficção e realidade, tomando como referência o pensamento de Iser que assim se expressa:

Como o texto ficcional contém elementos do real, sem que se esgote na descrição deste real, então o seu componente fictício não tem o caráter de uma finalidade em si mesma, mas é, enquanto fingida, a preparação de um imaginário. (ISER, 2002, p. 957).

[...] há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. Estas realidades por certo diversas não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de texto ficcionais. [...] Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto (ISER, 2002, 958).

Numa estratégia de mostrar e esconder a realidade representada, característico da ficção, Jorge Amado, em *Seara vermelha* não inclui a Bahia nesse sertão. Sobre esse aspecto em particular, e considerando que obra data de 1946, podemos inferir que se trata de um discurso de positivação sobre a Bahia, pelo fato de dissociar a imagem da Bahia das agruras descritas no romance (ANDRADE, 1999). Além disso, devemos considerar que, de acordo com a cartografia que expressa a divisão regional do Brasil e em termos de realidade geopolítica, a inserção da Bahia na região Nordeste se dá a partir de 1960. Antes disso, esteve assim situada: entre 1938 e 1943, na região Leste, juntamente com os Estados de Sergipe e Espírito Santo, região que, de 1944 a 1948 foi subdividida em Leste Setentrional, agrupando Bahia e Sergipe e Leste Meridional com Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

De acordo com Andrade “registra-se nova divisão que durou de 1948 a 1950, voltando a denominar-se Região Leste, agora formada pelos estados de Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro” (ANDRADE, 1999, p. 17). Portanto, uma cartografia regional não tem base definitiva em termos temporais; poderá atender a necessidades e motivações conjunturais sem predominância de critérios geográficos, muitas vezes

contemplando motivações transitórias, ou ainda demandas de forças políticas, ou interesses econômicos, entre outros. Deste modo, é na aproximação entre o discurso histórico e o discurso ficcional que podemos pensar sobre uma leitura histórica de obras literárias, sem abrir mão da condição literária da obra. Sob esta ótica, tomamos a reflexão de Chartier, que explica:

[...] há historiadores que se interessam em fazer leituras das obras literárias, mas frequentemente sem sucesso, pois as liam como se fossem um documento singular que ilustrava os resultados ou que corroborava o que as fontes e as técnicas clássicas da história tinham mostrado (CHARTIER, 2001, p. 91).

Porque há historiadores que se interessam em fazer leituras das obras literárias, mas frequentemente sem sucesso, pois as liam como se fossem um documento singular que ilustrava os resultados ou que corroborava o que as fontes e as técnicas clássicas da história tinham mostrado.

Concordamos com Chartier que essa é uma “leitura redutiva, puramente documental”, o que de certa forma termina por descaracterizar a importância da ficção como forma de representação do real. Nesse aspecto, é possível aproximar a tese do historiador com o pensamento de Duarte, que assim expressa:

[...] conjunção entre história social e história romanesca folhetinizada traduz o assento popular presente em Seara vermelha. E há também o assento realista não apenas nos detalhes, mas caracterizado pela marcação das causas sociais e econômicas subjacentes aos fatos e pela busca do movimento empreendido pelas forças sociais perante a história (DUARTE, 1996, p. 208).

Isso posto, compreendemos que o discurso histórico e o discurso da ficção, preservando as suas peculiaridades de narrativa, possuem o poder de dizer das mesmas realidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se considerar a ficção como uma leitura importante da realidade social e, a partir das contribuições da Nova História que ampliou seus objetos de estudo, contemplando movimentos coletivos, ações individuais, tendências e acontecimentos, realizamos esse percurso pelo sertão brasileiro por meio de uma narrativa ficcional, o romance Seara vermelha. Dentro desta estrutura de narrativa, o romance encontra-se demarcado por duas metáforas-chave: a seara (prólogo, dá título à obra e estende ao drama o sentido de campo onde fermentam, ao mesmo tempo, revolta e esperança) e a colheita (que encerra o texto).

A questão central tratada pelo escritor é o latifúndio – espaço onde prolifera violência, responsável por tantas outras (expulsão, êxodo, banditismo, levante armado) e a utopia (da esperança na cidade representada por São Paulo, também do paraíso prometido pelo beato, da sociedade socialista na qual acreditava Juvêncio).

Por isso, no diálogo com Iser, concordamos que “o texto ficcional contém muitos fragmentos identificáveis da realidade, que, através da seleção, são retirados tanto do contexto sociocultural, quanto da literatura prévia ao texto” (ISER, 2002, p. 972). Partindo para a interface da História com a Literatura, é importante trazer as reflexões da Teoria da Literatura que se aproximam das preocupações da História; essas dizem respeito aos espaços de sustentação da ficção, enquanto construtora de imaginários, desejos e sonhos não realizados. Nisso tomamos como referencial a perspectiva de Iser para melhor compreendermos a relação entre real, imaginário e fictício.

Através da exposição, é importante ressaltar que Jorge Amado, ao dar conformação aos seus personagens, história e lugares, possibilita perceber uma crítica à situação do país, podendo ser entendido como um observador atento às questões do seu tempo. Ao mesmo tempo, fornece aos leitores uma representação das distorções e contrastes sociais, sem se portar como um cientista social.

Nosso estudo representou uma leitura sobre questões consideradas importantes para a compreensão da realidade social, no que em muito se aproxima de discursos de outras áreas de conhecimentos e termina por comungar com as preocupações e temáticas de outros intelectuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

AMADO, Jorge. *Discursos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.

AMADO, Jorge. *Seara vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Bahia, cidade-síntese da nação brasileira: uma leitura em Jorge Amado*. São Paulo: PUC/SP, 1999 (Tese de Doutorado).

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma outra geografia. In FONSECA, A. e PEREIRA, R.(orgs.) *Rotas & imagens: literatura e outras viagens*. Feira de Santana: UEFS, 2000.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. Salvador: UFBA, 1992 (Dissertação de Mestrado).

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Ed da USP, 1982.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição (re)descoberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record; Natal: UFRN, 1996.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LAFETÁ, João Luiz. Estética e ideologia: o Modernismo em 1930. In *Argumento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ano 1, n. 2. 1973.

MARTINS, Wilson. *A literatura brasileira. O modernismo (1916-1945)*. São Paulo: Cultrix, 1968.

RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.